

O REGISTRO (IN)FORMAL EM TRADUÇÕES E ADAPTAÇÕES DE *ORGULHO E PRECONCEITO*, DE JANE AUSTEN: SIMULAÇÃO TEMPORAL E CONVERGÊNCIA AO PÚBLICO ALVO

(In)formal register in translations and adaptations of *Pride and Prejudice* by Jane Austen: temporal simulation and convergence towards target-audience

Lauro Maia Amorim¹

Daniele Pecorari²

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a ocorrência do registro formal e do informal em diálogos ficcionais de traduções e adaptações de *Pride and Prejudice*, de Jane Austen, para a língua portuguesa. Na pesquisa, buscou-se alcançar dois objetivos: 1) averiguar se o emprego de registros mais formais, geralmente associados à norma padrão tradicional, podem ter servido à estratégia de simular um efeito de distanciamento temporal, já que o romance em inglês foi originalmente escrito no século XIX, e, 2) observar se houve a ocorrência de marcas de oralidade contemporâneas nos diálogos, o que pode representar uma aproximação de formas linguísticas não abonadas pela norma padrão, ainda que admitidas pela chamada norma culta, usualmente praticada por falantes/escrevintes letrados. Os resultados da pesquisa apontam para um certo hibridismo linguístico, em que há a preponderância de construções linguísticas formais (alinhadas à norma padrão), convivendo, porém, com a ocorrência mais limitada de marcas de oralidade, especialmente em uma das adaptações, voltada para o público juvenil.

Palavras-chave: Estudos da Tradução; registro (in)formal; marcas de oralidade; hibridismo

Abstract: This paper presents results of a study on both formal and informal registers in translations and adaptations of *Pride and Prejudice*, by Jane Austen, into Brazilian Portuguese. The research sought to achieve two goals: 1) to determine if the occurrence of formal register items and structures, usually in line with the traditional standard norm (“norma padrão”) of Brazilian Portuguese, may be a translatorial strategy for simulating a temporal distancing effect, as the English novel was originally written in the 19th century, and 2) to observe if translators and adaptors resorted to contemporary orality markers within the fictional dialogues, which may include linguistic items and colloquialisms not generally accepted by the traditional standard norm, although admitted by the so-called “norma culta”, an alternative, heterodox norm usually put into practice by literate language users and writers alike. To a certain extent, the results show linguistic hybridity, in which there is a predominance of formal linguistic

¹ É tradutor e professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de São José do Rio Preto, onde leciona no Curso de Bacharelado em Letras com Habilitação de Tradutor e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (linha de pesquisa: Estudos da Tradução). É Bacharel em Letras com Habilitação de Tradutor (2001) e Mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós Graduação Em Estudos Linguísticos, ambos títulos obtidos junto à Universidade em que leciona. É Doutor em Translation Studies pela State University of New York/Binghamton (2010).

² Tradutora graduada no Curso de Bacharelado em Letras com Habilitação de Tradutor (UNESP – São José do Rio Preto-SP), junto ao qual desenvolveu esta pesquisa com bolsa de iniciação científica PIBIC sob a orientação do Prof. Dr. Lauro Maia Amorim. Atualmente é consultora nacional de treinamentos pela empresa do ramo educacional MoveEdu.

constructions (in line with the standard norm), along with a limited number of orality markers, especially in one of the adaptations designed for young audience.

Keywords: Translation Studies; (in)formal register; orality markers; hybridity.

1. Introdução: Norma culta, norma padrão, marcas de oralidade e hibridismo de normas em traduções literárias

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre a ocorrência do registro formal e do informal em diálogos ficcionais de traduções e adaptações de *Pride and Prejudice* (*Orgulho e Preconceito*), de Jane Austen, para a língua portuguesa. Na pesquisa, buscou-se alcançar dois objetivos: 1) averiguar se o emprego de registros mais formais, geralmente associados à norma padrão tradicional, podem ter servido à estratégia de simular um efeito de distanciamento temporal, já que o romance em inglês foi originalmente escrito no século XIX, e, 2) observar se houve a ocorrência de marcas de oralidade contemporâneas nos diálogos, o que pode representar uma aproximação de formas linguísticas não abonadas pela norma padrão, ainda que admitidas pela chamada norma culta, usualmente praticada por falantes/escreventes letrados.

A pesquisa oferece uma contribuição para o estudo da representação da variação linguística em textos literários traduzidos, com foco em obras literárias originalmente escritas em séculos anteriores ao XX. Essa contribuição é particularmente importante, no campo dos Estudos da Tradução (que mormente tem recebido o amparo acadêmico da área de Linguística Aplicada), na medida em que grande parte da pesquisa acadêmica sobre representação da variação linguística em textos traduzidos tem sido realizada em torno de obras literárias recentes ou produzidas ainda no século XX. Esse interesse majoritário atual por obras do século XX e XXI se justifica porque, geralmente, são nessas obras em que se estabelece uma experimentação mais intensa, e mais abundante, com a representação de socioletos. É o caso, por exemplo, de obras de autores modernistas como William Faulkner, ou contemporâneos, como Alice Walker, que, no século XX, retrataram linguisticamente personagens dos estados sulinos dos Estados Unidos, incluindo, em muitos casos, formas linguísticas não padrão estigmatizadas.

Além disso, presume-se, com frequência, que o emprego de registro formal, próximo à norma padrão, em diálogos ficcionais traduzidos, estaria associado tão somente a um fim: manter a correção da língua portuguesa, mesmo que isso signifique a produção de diálogos artificiais ou pouco verossímeis. Ocorre que, em traduções de obras literárias estrangeiras

escritas no século XIX (ou XVIII), o emprego sistemático de registros formais, associados à norma padrão, pode estar condicionado por outros fatores não necessariamente restritos à simples correção linguística. Esse emprego pode ser, de fato, um recurso estilístico que agrega certos efeitos de temporalidade aos diálogos, em consonância com a imagem que se tem dessas obras (como tendo sido escritas em um momento histórico afastado da atualidade em que se lê a tradução). Essa é uma das hipóteses que a pesquisa buscou averiguar, analisando-se duas traduções e duas adaptações para a língua portuguesa da obra *Pride and Prejudice* (1813), de Jane Austen (1775-1817).

É possível supor que a tradução de uma obra como essa, escrita no século XIX, somente poderia contar com diálogos em registros formais que, em tese, seriam incompatíveis com formas linguísticas coloquiais e próximas da atualidade. A pesquisa buscou analisar se, de fato, o alinhamento do tradutor/adaptador (ou tradutora/adaptadora) a formas linguísticas mais conservadoras (para possivelmente retratar o distanciamento temporal) se valeu – ou não – de alguma alternativa de hibridismo linguístico (tal como discutido por Bagno 2012), em que construções linguísticas coloquiais (registro informal) co-ocorrem com aquelas estruturas alinhadas à norma padrão e ao registro formal.

Essas formas linguísticas mais coloquiais, geralmente condenadas pela gramática tradicional normativa quando representadas na escrita, são aceitas segundo o que se convencionou chamar de “norma culta”, em oposição à “norma padrão”.

Na obra *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*, Carlos Alberto Faraco (2009) descreve os meandros que caracterizam o conceito de norma linguística e a confusão que geralmente se faz entre os conceitos de norma padrão e de norma culta, frequentemente tomados como sinônimos. Faraco (2009) relata que a norma-padrão surgiu de uma necessidade política em padronizar a língua, e esclarece que

Se a norma culta/comum/*standard* é a variedade que os letrados usam correntemente em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita, a norma-padrão não é propriamente uma variedade da língua, mas – como bem destaca Bagno (2007a) – um construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização. (FARACO, 2009, p. 73)

Para definir norma culta, o autor considera o modelo proposto por Bortoni-Ricardo (2005) de três continua: “o *continuum* rural-urbano, o de oralidade-letramento e o da monitoração estilística” (FARACO, 2009, p. 44). A intersecção entre o *continuum* urbano, o de letramento e o de certa monitoração estilística permite criar formas linguísticas mais próximas

dos usos que falantes letrados fazem da língua e que são designadas como linguagem urbana comum. Os meios de comunicação, com uma programação que envolve situações de certo monitoramento (como novelas ou noticiários), ajudam a difundir e legitimar a variedade da linguagem urbana comum: ela tem mais audibilidade e ressonância no país, ficando em maior evidência, o que potencializa o seu emprego na condição de algo “normal” e usual. Já o conjunto de variedades linguísticas em que se exerce menor monitoramento, e que advém das zonas rurais e/ou em contato com o meio urbano, com um menor grau de letramento de seus falantes, é denominado *português popular brasileiro*.

Segundo dados coletados pelo projeto NURC, e discutidos por Faraco (2009), surpreendentemente a norma culta brasileira falada não se identifica na maioria das vezes com as normas linguísticas mais conservadoras atribuídas à produção linguística de falantes que se imaginam cultos, mas com a linguagem urbana comum. “Em suma, é esta linguagem urbana comum que baliza de fato o falar culto (o que se poderia chamar tecnicamente de norma culta falada) e, ao mesmo tempo, tem poderoso efeito homogeneizante sobre as variedades do chamado português popular brasileiro” (FARACO, 2009, p. 47).

Bagno (2012), de forma convergente com as ideias de Faraco (2009), faz uma delimitação terminológica, segundo a qual a *norma-padrão* representaria formas linguísticas ideais ou idealizadas, enquanto *norma culta* compreenderia aspectos linguísticos usuais, fundados na prática linguística real dos usuários escolarizados, a qual é influenciada, também, pela intuição linguística provida pela oralidade:³ “Por ser um construto sociocultural e nunca uma variedade linguística real, a norma-padrão é *reconhecida* pelos falantes, mas nunca totalmente *conhecida* por eles” (BAGNO, 2012, p. 26). Portanto, incapazes de conhecer o normativo em seu todo, mas movidos por uma intuição linguística, os falantes geram então o que Bagno chama de um “compósito híbrido” (BAGNO, 2012, p. 26), uma representação que uma pessoa letrada faz da norma, na qual as normas culta e padrão se entrelaçam.

No campo da tradução, também é possível observar a coocorrência de formas linguísticas híbridas, como aponta Bagno (2012): “Sendo a tradução uma atividade desempenhada, ao menos no plano institucional e profissional, por falantes altamente letrados,

³ De acordo com muitos compêndios gramaticais, fundamentados na norma padrão, não se deve escrever, por exemplo, “entrei e saída da casa”, porque são dois verbos com regências diferentes, o que exigiria algo como “entrei na casa e dela saí (ou saí dela)”. No entanto, nas práticas linguísticas de falantes e escreventes letrados, a intuição os levará a dizer e a escrever “entrei e saí da casa”, como uma forma não somente aceitável, mas “normal” e usual. A norma culta, portanto, admite esse tipo de construção, que é, em grande medida, derivada das intuições linguísticas que são diretamente influenciadas pelas práticas e intercâmbios orais da linguagem urbana comum.

é inevitável que nela também encontremos os indícios da hibridização de normas que encontramos em qualquer texto escrito e/ou falado” (BAGNO, 2012, p. 28-29). Considerando que a prática tradutória literária pode ser influenciada por fatores extratextuais, como, por exemplo, o público-alvo a que se destina o texto reescrito e, também, pela forma com que uma obra é apresentada por uma editora, como tradução ou adaptação, deve-se avaliar se esses fatores poderiam ter alguma relação com o hibridismo de normas linguísticas no texto traduzido.

Assim, aventa-se a possibilidade de que traduções e adaptações voltadas para públicos diferentes podem resultar em relações distintas, sejam elas de mútua exclusão ou de possível hibridismo, em referência à expressão da norma padrão e da norma culta. Por outro lado, é possível que a criação de um efeito “ilusório” de antiguidade no discurso narrado (já que a obra analisada, *Orgulho e Preconceito*, foi escrita originalmente no século XIX), revele uma adesão sistemática a construções linguísticas mais conservadoras e alinhadas à norma padrão. Essa estratégia tradutória poderá ou não ser acompanhada de alguma forma de hibridismo que não exclua expressões associadas à norma culta (e à oralidade).

2. Considerações sobre as traduções analisadas

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram selecionados quatro livros: duas versões traduzidas e duas adaptadas.⁴

A primeira edição traduzida, selecionada para análise, foi publicada pela editora Penguin & Companhia, em 2011, e é apresentada em 569 páginas. A editora se encarregou de publicar uma breve explicação quanto à obra, logo na primeira página, seguida também pela apresentação do tradutor Alexandre Barbosa de Souza, da professora Vivien Jones, responsável pela produção do prefácio e notas, do professor Tony Tanner, responsável pela introdução, e de Claire Lamont, responsável pelo estabelecimento do texto das obras de Jane Austen lançadas pelo selo Penguin Classics. A edição traz um extenso prefácio escrito por Vivien Jones, situando o leitor quanto a quem foi Jane Austen, com uma profunda análise da obra *Orgulho e Preconceito*, assim como faz também a introdução escrita por Tony Tanner, publicada na edição original do selo Penguin Classics de 1972.

⁴ A edição em inglês, consultada para a análise neste artigo, foi encontrada em acervo online, digitalizada pelo Google em 2007, e sua cópia física encontra-se disponível na New York Public Library, em Nova Iorque (EUA). A edição consultada foi publicada em 1853, pela editora R. Bentley (Londres).

Em vista de toda a atenção dada a essa edição, principalmente quanto a estabelecer quem foi Jane Austen e o que a obra *Orgulho e Preconceito* representa, é possível afirmar que a intenção da editora foi apresentar aos fãs da autora uma edição de prestígio para colecionadores. Outro detalhe importante é que o livro conta, inclusive, entre suas últimas páginas, com uma ordem cronológica histórica, citando anos relevantes para os leitores, como o ano da independência dos Estados Unidos ou da ascensão de Napoleão Bonaparte na França, além de anos de outras publicações da própria autora. A capa do livro é composta por uma obra de arte de óleo sobre tela intitulada “*A double portrait of the Fullerton sisters, seated full length, in white dresses*” por Lawrence Thomas, de 1825. Essa capa torna a versão mais atrativa para fãs em busca de edições especiais. Para os fins deste artigo, essa edição será referida como “edição Penguin & Companhia”.

A segunda versão traduzida foi publicada pela editora Landmark em 2008, e apresenta tanto a versão original em inglês, quanto a tradução para o português, em 445 páginas. A tradução foi feita por Marcella Furtado, e ambos os textos ficam dispostos lado a lado, sempre com a versão em inglês à esquerda (páginas pares), e a em português à direita (páginas ímpares). O livro também inclui uma introdução de poucas páginas sobre a autora, na qual se apresentam detalhes sobre a obra *Orgulho e Preconceito*. Não há, explicitamente, informações quanto ao texto em inglês apresentado, atualmente em domínio público.

Inicialmente, a tradução aparenta ser bastante “aderente” ao texto original, talvez pelo fato das versões estarem dispostas lado a lado. Títulos como “Mr.” e “Mrs.” não foram traduzidos. Também não foi traduzido o nome do feriado “Michaelmas”, por exemplo, apesar de ter correspondente em português (“Dia de São Miguel”). A capa dessa edição conta com uma imagem da adaptação cinematográfica de 2005 (Universal Studios), na qual Keira Knightley e Matthew Macfadyen interpretam o casal protagonista. Possivelmente, a edição busca atrair o público que assistiu ao filme e, em seguida, se interessou pelo livro. O fato de a edição ser bilíngue pode ser um diferencial que a editora encontrou para atrair o público, na medida em que o público que já conhece a versão traduzida pode se interessar pelo texto original propriamente dito. Para fins de pesquisa, essa edição será referida como “edição Landmark”.

3. Considerações sobre as adaptações analisadas

Duas foram as adaptações analisadas para esta pesquisa. Uma das adaptações selecionadas foi publicada pela editora Pé da Letra, e não há informações, no livro, a respeito

de seu ano de publicação. Contudo, foi possível encontrar a data no blog *Jane Austen Brasil*, que anunciou a publicação da nova edição em 2017. A edição oferecida pela Pé da Letra vai direto ao ponto. Tanto a página de dados do livro quanto a introdução são curtas, e a adaptação é atribuída à Suely Paiva. A publicação traz algumas ilustrações do desenhista irlandês Hugh Thomson (1860-1920), e uma breve introdução de quatorze linhas que discorre sobre a vida da autora. Na aba da capa encontram-se informações quanto ao ano de publicação da obra original (1813), ao pioneirismo da autora ao focar personagens femininas em sua época, e à venda de mais de 20 milhões de exemplares da obra.

Alguns elementos do texto foram excluídos da adaptação, ou levemente adaptados. Entretanto, apesar de alguns parágrafos terem sido simplesmente descartados, pode-se perceber que a tradução, em sua maior parte, segue, linha a linha, a obra original. A capa florida, que apresenta apenas o nome da autora e o título da obra em letra cursiva, dão a sensação de uma edição do século XIX. Para fins de pesquisa, essa edição será referida como “edição Pé da Letra”.

A outra adaptação, selecionada para análise, foi a versão traduzida e adaptada por João Pedro Roriz, e publicada pela editora Paulus, em 2009, especialmente para o público juvenil. Essa adaptação, de 151 páginas, é um resumo do livro original, com notas do adaptador/tradutor. Nelas, ele afirma ter buscado simplificar a linguagem e resumir o texto, com a transformação da personagem principal, Elizabeth Bennet, em narradora-personagem.

Essa versão é claramente um resumo adaptado, e todo o primeiro capítulo do livro resume-se em duas páginas, o que torna o livro mais atrativo ao leitor juvenil que frequentemente tem o primeiro contato com obras clássicas por meio de adaptações como essa. Um fator interessante em relação a essa edição é que várias passagens mais complexas, devido ao grau de formalidade do livro original, tornaram-se mais “leves” por conta do resumo promovido pela adaptação. Por meio da introdução, o próprio tradutor convida o jovem leitor a descobrir o poder da autora Jane Austen e, quando adulto, terá a oportunidade de conhecer mais o seu trabalho. Deixa-se claro que a edição é uma adaptação ao se estampar essa informação com certo destaque já na capa. Na 4ª. capa, encontra-se um resumo da história da obra, mas também informações sobre a editora PAULUS quanto ao intuito da edição, que faz parte de um projeto intitulado “Leitura para Cidadania”. Esse projeto busca fornecer, por meio de doações, material educacional para crianças, adolescentes e adultos em locais diversos, como escolas públicas, hospitais, presídios e outras entidades brasileiras. Há um selo que proíbe o livro de

ser vendido, por se tratar de material para doação. Para fins de pesquisa, essa edição será referida como “edição Paulus”.

4. Análise dos dados obtidos

Selecionamos, a seguir, os principais aspectos linguísticos que se destacam nas traduções e adaptações, seja porque são relacionados ao registro formal, alinhando-se mais fortemente à norma padrão, seja porque são mais próximos da oralidade, e, em certos casos, mais próximos da norma culta. Os trechos recolhidos por meio da leitura detalhada das obras encontram-se a seguir, em quadros separados pelos temas que foram investigados na análise. À esquerda, encontra-se o trecho retirado da edição em inglês de 1853 (publicada pela editora R. Bentley), acompanhado da informação sobre o grau de relacionamento entre os participantes do discurso. À direita, é possível conferir a tradução que foi apresentada pelas diferentes edições analisadas.

4.1 Pronomes e formas de tratamento

No Brasil, há dois padrões de tratamento vigentes: um que exclui reciprocidade e intimidade; e outro que implica reciprocidade e intimidade. Essa oposição é baseada na diferença de poder que subjaz aos intercâmbios linguísticos. Conforme assinala Balsalobre (2010),

Para Brown & Gilman (1972), poder é o relacionamento não recíproco que se estabelece entre, no mínimo, duas pessoas, no sentido de que elas não podem ter poder na mesma área de comportamento. Dessa forma, o poder semântico revela formas de tratamento típicas da relação entre um superior e um inferior, demonstrando que existe contextualmente uma estrutura social que define hierarquias de poder para cada indivíduo. Essa hierarquização pode ter diferentes bases de acordo com os valores sociais vigentes, que vão desde a força física, a riqueza, a idade e o sexo, até os papéis institucionalizados no Estado, na Igreja, no Exército e dentro da família. (BALSALOBRE, 2010, p.93-94)

A diferença de poder entre interlocutores é que o pode justificar o emprego de formas de tratamento diferentes, de modo que, em português, quem dispõe de poder pode se dirigir a

uma outra pessoa, destituída de poder, por meio de “você”, e receber, dessa pessoa, um tratamento diferente, com “o senhor” ou “a senhora” (é o tratamento não recíproco). Em inglês, o pronome “you”, por si só, não revela uma diferença de poder entre interlocutores, já que é muito comum que pessoas com níveis diferentes de poder se interpelarem com esse pronome. O que fará a diferença é o recurso concomitante com outras formas de tratamento, como “ma’am” (“senhora”), “sir” (“senhor”), ou os chamados “English honorifics” ou “titles”, como “Mr.”, “Mrs.” ou “Ms.” antes do nome próprio. Vejamos os seguintes trechos da tradução, em comparação com o texto original:

Texto Original	Texto Traduzido
“Do you talk by rule, then, while you are dancing?” ‘Sometimes. One must speak a little, you know.’” (p. 80) (Sr. Darcy → Elizabeth) – (Conhecido → conhecida)	“Então a senhorita conversa por obrigação quando dança?” “Às vezes. É importante falar um pouco, você sabe.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 203, cap. 18)
“You appear to me, Mr. Darcy, to allow nothing for the influence of friendship and affection.” (p. 43) (Elizabeth → Sr. Darcy) – (Conhecida → conhecido)	“Quer me parecer, Sr. Darcy, que o senhor não reconhece a influência da amizade e afeição.” (PÉ DA LETRA, 2017, p. 36, cap. 10)

No primeiro diálogo, não parece haver, de fato, qualquer sinal de assimetria entre os personagens, já que o pronome utilizado é apenas “you”. No segundo diálogo, a única forma de deferência é “Mr.” em “Mr. Darcy”. As traduções, por outro lado, reforçam o uso de pronomes de tratamento que transparecem assimetria entre os personagens. Darcy dirige-se a Elizabeth por meio de “senhorita”, uma forma de tratamento respeitoso, mas praticamente obsoleta atualmente (a menos que seja utilizada como sinal de ironia, como em “Aonde é que a senhorita pensa que vai?”, dito por uma mãe a sua filha, por exemplo). Esse tratamento mais respeitoso denotava um maior distanciamento (e, portanto, menor intimidade) entre homens e mulheres em situações de convívio social mais formal.

No segundo diálogo, Elizabeth trata Darcy com deferência, ao chamá-lo de “Mr. Darcy”. É importante lembrar que Darcy se apresenta em uma posição de superioridade social, especialmente por ser rico, enquanto Elizabeth pertence à classe média. Além disso, no segundo diálogo, “quer me parecer” aumenta, ainda mais, o grau de formalidade entre os personagens. Essa diferença revela a percepção, por parte dos tradutores, de que o

distanciamento no tempo, envolvendo um romance do século XIX, requereria formas de tratamento mais formais, especialmente porque as relações interpessoais eram marcadas por maior assimetria, diferentemente do que observamos na atualidade, com uma maior democratização e ampliação das relações de solidariedade entre interlocutores. Observa-se que, nestes exemplos, o registro formal fortalece o alinhamento linguístico à norma padrão, já que não se recorreu a formas orais na recriação do diálogo.

4.2 A manutenção de formas de tratamento em inglês no texto traduzido

Os chamados títulos honoríficos da língua inglesa revelam, na tradição cultural de países anglófonos, uma forma de desigualdade entre gêneros. O uso de “Mr.” (“Mister”/“Senhor”), ou “Sr.”, não obriga o homem a revelar o seu estado civil, enquanto que “Mrs.” é utilizado para mulheres casadas, e “Miss”, para mulheres solteiras. Uma terceira opção, “Ms.”, surgiu em meados do século XX, como um equivalente ao “Mr.”, na medida em que não indicava o estado civil de uma mulher. Paul Baker (2010) realizou uma pesquisa envolvendo a análise quantitativa, baseada em corpus, de itens lexicais, ligados ao tema do gênero, em textos jornalísticos, de prosa comum, de ficção, e de ensaios escritos em inglês britânico.

Segundo o pesquisador, observando-se o corpus textual dos anos de 1930, 1945, 1960, 1975 e 2005, nota-se uma queda gradativa significativa no emprego de títulos honoríficos ligados ao gênero, demonstrando que formas como “Ms.”, por exemplo, nunca chegaram de fato a alcançar índices relevantes de uso. E mesmo o emprego de “Mr.” tem caído em desuso de forma acentuada. Segundo Baker (2010),

Se as tendências [de queda] do gráfico continuarem pelos próximos 20 ou 30 anos, todos os títulos que têm marcação de gênero em inglês irão se tornar muito raros, tornando redundante a pergunta do título deste artigo: “Será que Ms. nunca será tão frequente quanto Mr.?” Uma pergunta melhor seria: “Será que Mr. será tão pouco frequente quanto Ms.?” Essa descoberta sugere outra questão: por que a maioria dos termos envolvendo tratamento relativo ao gênero está se reduzindo ao longo do tempo? Pode haver vários motivos diferentes para isso. Primeiro, é possível que, com o aumento da conscientização sobre a desigualdade existente no sistema, as pessoas simplesmente se recusem a participar dele, evitando usar termos marcados por gênero. Um segundo motivo pode ser o fato de que as pessoas não se casam tanto quanto antes. (BAKER, 2010, p.143-144)⁵

⁵ “If the trends in the chart continue for the next 20 to 30 years, all gender marked titles in English would become very rare, making the question raised in the title of this paper: will *Ms* ever be as frequent as *Mr*, somewhat redundant. A better question might be: will *Mr* ever be as infrequent as *Ms*? This finding raises another question,

Certamente o emprego desses títulos era mais substancial no século XIX, justamente porque as relações interpessoais entre homens e mulheres eram mais rígidas e dependentes de costumes tradicionais, para os quais o casamento era um marco de diferenciação relevante na forma de tratamento, em especial das mulheres. É o que se observa no trecho do texto em inglês, abaixo:

Texto Original	Texto Traduzido
“Mrs. Bennet and her daughters then departed, and Elizabeth returned instantly to Jane, leaving her own and her relations’ behaviour to the remarks of the two ladies and Mr. Darcy; the latter of whom, however, could not be prevailed on to join in their censure of HER, in spite of all Miss Bingley’s witticisms on FINE EYES.” (p. 39) (Narrador em 3ª pessoa)	“Mrs. Bennet e suas filhas então partiram, e Elizabeth instantaneamente voltou para Jane, deixando seu comportamento e de suas parentas para os comentários das duas damas e de Mr. Darcy; este, porém, não pôde ser vencido a se juntar à censura das duas sobre ela, apesar dos gracejos de Miss Bingley sobre belos olhos.” (LANDMARK, 2012, p. 61, cap. 9)

Os títulos “Mr.”, “Mrs.” e “Miss” foram traduzidos de formas diferentes nas edições analisadas. A edição da Penguin & Companhia apresentou as traduções “senhor”, “senhora” e “senhorita”, sem abreviações e sem a primeira letra maiúscula (salvo em casos de início de frase). A edição da Landmark optou por manter os termos em inglês na versão em português. A edição da Pé da Letra recorreu aos títulos abreviados “Sr.” e “Sra.”, e manteve o título “Senhorita”, para o qual não há abreviação – todos sempre com a primeira letra maiúscula. E, por último, a edição da Paulus fez o mesmo que a edição da Penguin & Companhia, apresentando os títulos sem abreviações e com letras minúsculas. Essas escolhas demonstraram como a edição bilíngue da Landmark aproximou-se ao máximo da publicação em inglês, com a suposição de que seu público leitor ficaria satisfeito ao se deparar como uma tradução mais próxima à obra original. Pode-se inferir também que a editora Landmark considerou que os leitores de sua edição teriam certo conhecimento da língua inglesa para que compreendessem os pronomes de tratamento sem que a tradução fosse necessária.

why are most of the gendered terms of address reducing over time? There may be a number of different reasons. First, perhaps due to increased awareness of the inequality of the system, people have simply declined to participate, refusing to use any gendered terms of address. A second reason might be that people are not getting married as much as they used to.”

Esse recurso de estrangeirização (com a manutenção dos termos estrangeiros), por outro lado, enfatiza, no texto traduzido, os valores culturais britânicos de distinção de gênero de forma muito mais intensa do que seria o caso com a tradução desses termos por “senhora”, “senhor” ou “senhorita”. Estes termos do português, embora tenham uma vinculação com gênero, não estão exatamente pautados na distinção entre “ser ou não ser casada”. Esse princípio é relativamente diluído no sistema de tratamento em português atual: chamar uma mulher de “senhora” não necessariamente implica reconhecer que ela seja casada, mas há, nesses termos, uma possível diferenciação etária, por oposição à “senhorita”, ainda que denote respeito com seu uso.

4.3 Emprego de formas verbais simples (por oposição a formas compostas) e anteposição do verbo ao sujeito

Na fala, é muito mais comum o emprego de formas verbais analíticas/compostas (como “eu vou comprar”, em vez da forma sintética/simples “comprarei”, mais comum na escrita formal). Observou-se, nas edições analisadas, o uso tanto de formas sintáticas analíticas quanto de formas sintéticas. No entanto, as formas sintéticas (consideradas mais formais) foram muito mais empregadas. Notou-se, também, o uso de tempos verbais não usados no registro oral atualmente, como é o caso do pretérito mais-que-perfeito (“Ela ficara”). Vejamos os trechos traduzidos:

Texto Original	Texto Traduzido
“She had obtained private intelligence that Mr. Darcy did not wish for cards; and Mr. Hurst soon found even his open petition rejected.” (p. 47) (Narrador em 3ª pessoa)	“Ela ficara sabendo que o senhor Darcy não queria jogar; e o senhor Hurst logo viu sua aberta petição rejeitada.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 161, cap. 11)
““Removed!” cried Bingley. ‘It must not be thought of. My sister, I am sure, will not hear of her removal.’” (p. 35) (Sr. Bingley → Sr. Bennet) – (Conhecidos)	“- Levá-la daqui! – exclamou o Sr. Bingley. – Nem pensar nisso. Estou certo de que a minha irmã não quererá ouvir falar em tal coisa.” (PÉ DA LETRA, 2017, p. 31, cap. 9)
“ Can I speak plainer?” (p. 97) (Elizabeth → Sr. Collins) – (Conhecidos)	“ Posso eu ser mais clara?” (LANDMARK, 2012, p. 133)

Em inglês, “she had obtained” indica uma ação do passado anterior a outra ação do passado (no caso, “Mr. Darcy did not wish for cards”). A sua tradução para o português exige, portanto, que o tradutor opte ou por uma construção mais próxima da oralidade com o pretérito mais-que-perfeito composto (como “tinha obtido” ou, em menor grau, “havia obtido,”) ou mais próxima do registro formal, com o pretérito mais-que-perfeito simples (“obtivera”). O tradutor optou pela forma simples, traduzindo a oração por “ela **ficara** sabendo...”. Em pesquisa envolvendo o uso, em textos escritos e falados, do pretérito mais-que-perfeito no português brasileiro atual, Gonçalves (1993) apresenta dados que confirmam que a forma simples ou sintética tende a ter seu uso favorecido nas seguintes situações:

- a) Ocorre predominantemente em orações adjetivas e orações absolutas, ou seja, em orações simples com um único verbo (GONÇALVES, 1993, p. 138). O exemplo oferecido na tradução é muito próximo de uma oração absoluta, ainda que seja, no caso, uma oração principal contendo apenas um verbo;
- b) Ocorre principalmente em verbos conjugados na 3ª. pessoa do singular (GONÇALVES, 1993, p. 139), o que também é confirmado com o exemplo da tradução;
- c) E se apresenta, majoritariamente, na língua escrita (já que é praticamente inexistente na língua falada). E, quando se compararam dados advindos de jornais, revistas e livros, observa-se que a forma simples do pretérito mais-que-perfeito tende a ocorrer predominantemente em livros, ou seja, “em textos escritos de maior durabilidade, pois eles se ajustam mais às prescrições gramaticais e neles há um distanciamento maior entre fala e escrita” (GONÇALVES, 1993, p. 140-141).

É importante ressaltar, porém, em relação ao último item, que há romances nos quais se busca representar mais sistematicamente a oralidade na escrita, como no caso dos romances contemporâneos. No caso de *Orgulho e Preconceito*, o que se observa é a tendência para uma maior aderência à norma padrão e aos registros formais, muito possivelmente porque é uma obra de época, o que favoreceu o emprego da forma simples/sintética do pretérito mais-que-perfeito.

A forma simples do futuro do indicativo (“quererá”) também foi enfatizada na tradução, em oposição às formas perifrásticas com o verbo ir + infinitivo. Ao optar pela forma simples do verbo “querer”, na terceira pessoa do singular do futuro do indicativo, o tradutor “fugiu”, de

forma planejada, às tendências naturais da língua portuguesa brasileira da atualidade, mesmo no que diz respeito à modalidade escrita. Oliveira (2006) investiga os diferentes fatores condicionadores da expressão do futuro verbal, em corpora de textos publicados, com foco na diferença entre formas simples (“fará”) e formas perifrásticas (“vai apresentar”). A extensão fonológica do verbo, por exemplo, é um fator condicionador: o futuro simples tende a ser utilizado com verbos com menor quantidade de sílabas, ao contrário da perífrase. É mais provável que se diga “**será** muito melhor assim”, por ser um verbo de menor extensão, do que “ele se arrependerá um dia” (sendo mais natural dizer “ele vai se arrepender um dia”). Nesse sentido, seria mais natural dizer “ela vai querer”, do que “ela quererá”).

No terceiro exemplo exposto acima (“**Posso eu ser** mais clara?”), o tradutor optou pela posposição do sujeito ao verbo, o que fez com que a tradução se aproximasse da estrutura do trecho correspondente no texto original (“Can I speak plainer?”). A língua portuguesa é caracterizada, em grande medida, pela ordem sujeito-verbo (SV), com a possibilidade, também, em menor grau, de sujeito-objeto (SV). É muito mais comum, por exemplo, a posposição do sujeito ao verbo em orações com verbos intransitivos, como é o caso de “Saiu o resultado da prova de Guarapari” (ROSA, 2009). Ou seja, a intransitividade do verbo favorece essa posposição, que soa absolutamente “natural” aos ouvidos. Já na oração “Posso eu ser mais clara?”, a posposição é muito pouco natural, quando o que geralmente acontece é a omissão do sujeito que, com frequência, é anterior ao verbo (“~~Eu~~ posso ser mais clara?”). A explicitação do sujeito posposto, no trecho traduzido, é uma forma ainda mais polida, e até afetada, de se pedir permissão, pois tem um pendor arcaizante.

Todas essas formas linguísticas têm o consequente efeito de distanciamento temporal, garantido por um registro altamente formal e pouco factível no plano da oralidade atual da língua portuguesa. As opções tradutórias mostraram que as edições buscaram, na forma com que estruturam os verbos, uma maneira de resgatar o discurso de época.

4.4 Léxico menos usual e distanciamento temporal

Dentre todas as edições analisadas, a que mais se destacou no uso de palavras que não são mais comuns na oralidade foi a da editora Penguin & Companhia. Essa tática garantiu a formalidade que a edição possivelmente buscava apresentar, em consideração ao público mais exigente e que possivelmente está à procura de uma versão para colecionadores:

Texto Original	Texto Traduzido
“Will you give me leave to defer your raptures till I write again? At present I have not room to do them justice.” (p. 41) (Sr. Darcy → Senhorita Bingley) – (Conhecidos)	“Você me permite deixar o seu embevecimento para uma próxima carta? – desta vez não terei espaço para lhe fazer justiça.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 153, cap. 10)
“When that business was over, he applied to Miss Bingley and Elizabeth for an indulgence of some music.” (p. 44) (Narrador em 3ª. pessoa)	“Quando terminou, pediu à senhorita Bingley e a Elizabeth o obséquio de um pouco de música.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 156, cap. 10)
“Miss Bingley’s letter arrived, and put an end to doubt.” (p. 117) (Narrador em 3ª. pessoa)	“A carta da senhorita Bingley chegou, dirimindo as dúvidas.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 251, cap. 24)
“She shook her head.” (p. 83) (Narrador em 3ª. pessoa)	“Ela meneou a cabeça.” (LANDMARK, 2012, p. 115, cap. 18)

Como podemos notar nos exemplos acima, outra versão analisada que empregou com frequência termos pouco usados na atualidade foi a edição da Landmark. O léxico utilizado por ambas editoras, Penguin & Companhia e Landmark, criou um efeito de aproximação simulada em relação ao tempo histórico em que a obra original se situa. Esses termos menos usuais, entretanto, podem dificultar a leitura para determinados públicos considerados menos letrados, que encontrariam dificuldades para manter um ritmo mais distenso de leitura.

É interessante observar, quanto aos exemplos do quadro acima, que apenas os termos “rapture” (êxtase, arrebatamento) e “indulgence” (indulgência, satisfação) requereriam vocábulos mais formais em português (foram traduzidos, respectivamente, por “embevecimento” e “obséquio”). Os demais casos, como “put and end” (“deu um fim a”, “acabou com”) e “shook” (“balançou”), foram traduzidos de acordo com um registro mais elevado e formal em comparação ao que ocorre no texto original. Opções como essas chamam a atenção para o fato de que, ao traduzir um romance de “época”, o tradutor pode ser levado a fazer seleções lexicais do domínio vocabular erudito de forma mais sistemática, inclusive para aqueles casos em que o grau de erudição do termo, no texto em língua estrangeira, não está posto. As duas versões que mais demonstraram interesse pelo emprego de um domínio vocabular erudito foram as edições traduzidas, principalmente a edição da Penguin & Companhia.

4.5 Formas de “estrangeirização”

A tradução estrangeirizadora, conceito originalmente empregado por Shleiermacher (2001 [1838]), filólogo e filósofo alemão do século XIX, mas difundido principalmente por Venuti (1995), envolveria um conjunto de estratégias (dentre as quais, por exemplo, a tradução literal) que aproximariam o texto traduzido dos valores culturais e estilísticos do texto fonte, o que incluiria fazer uso de formas linguísticas que sugerem uma maior aderência a estruturas do texto de partida. Segundo Venuti (1995), a tradução estrangeirizadora teria a vantagem de dar voz à cultura do Outro estrangeiro, permitindo que o leitor, da tradução, seja capaz de perceber nuances culturais ou mesmo estruturais da língua estrangeira, mesmo que isso signifique um distanciamento em relação à fluidez e à naturalidade que uma tradução tipicamente domesticadora seria capaz de garantir (já que, por meio desta, seria possível fazer as adequações semânticas e sintáticas para tornar o texto linguisticamente mais próximo das convenções de “naturalidade” da língua de chegada).

A edição da Landmark, talvez por ser bilíngue (facilitando, portanto, o contraste entre os textos), demonstrou-se mais claramente sujeita a essa forma de estrangeirização, como pode ser observado abaixo:

Texto Original	Texto Traduzido
“ The distance is nothing when one has a motive; only three miles .” (p. 27) (Elizabeth → Sr. Bennet) – (Filha → pai)	“A distância é nada quando se tem um motivo, apenas três milhas .” (LANDMARK, 2012, p. 43, cap. 7)
“In a softened tone she declared herself not at all offended ; but he continued to apologise for about a quarter of an hour.” (p. 57) (Narrador em 3ª pessoa)	“Em um tom suave, ela se declarou de nenhuma maneira ofendida ; contudo ele continuou a se desculpar por quase um quarto de hora.” (LANDMARK, 2012, p. 83, cap. 13)
“The attention of the younger ones was then no longer to be gained by him.” (p. 62) (Narrador em 3ª pessoa)	“A atenção das mais jovens já não mais podia ser conquistada por ele.” (LANDMARK, 2012, p. 91, cap. 15)

Nota-se, nos trechos destacados acima, que as opções tradutórias seguem de perto a ordem das palavras dos trechos correspondentes em inglês, em contraste com uma possível tradução domesticadora:

Trecho em inglês	Tradução estrangeirizadora	Possível tradução domesticadora

“The distance is nothing ...”	“A distância é nada ...”	A distância não é nada ...
“... only three miles .”	“... apenas três milhas .”	...apenas cerca de cinco quilômetros .
“...she declared herself not at all offended ,”	“...ela se declarou de nenhuma maneira ofendida ,”	...ela declarou que não se sentiu ofendida de forma nenhuma ;

Nos casos em que ela funciona como uma alternativa de leitura viável, a tradução estrangeirizadora oferece uma similaridade entre estruturas linguísticas que não chega a perturbar a leitura, mas, por não representarem formas tipicamente convencionais da língua de chegada, elas sugerem menos “naturalidade” em comparação ao uso vernacular corrente da língua portuguesa, o que pode ser bastante útil na recriação de uma simulação de afastamento temporal na linguagem de romances de época.

4.6 Posição do pronome oblíquo: próclise, ênclise e mesóclise

Segundo Britto (2012), o *uso do pronome reto na posição de objeto* é uma das marcas de oralidade mais presentes na fala do português brasileiro. Um exemplo é a oração “encontrei ele doente”. De modo geral, embora essa construção seja amplamente empregada na fala, em textos escritos ainda há resistência a ela, já que tende a ser vista como um desvio da norma padrão. É uma marca de oralidade que se faz presente em diálogos em textos literários contemporâneos, mas, nas traduções da obra de Jane Austen, ela não ocorre. Marcas de oralidade como essa não foram observadas, e parecem ter sido evitadas sistematicamente.

A língua falada tem a tendência natural para o uso da próclise, com o pronome se colocando anteriormente ao verbo, como em “por favor, me diga a verdade”. A ênclise geralmente é mais produtiva nos textos escritos cuja produção submete-se a maior monitoramento do escrevente, associando-se, com muito mais frequência, aos registros formais da língua. Nesse sentido, o emprego da ênclise (“Deixe-me”) pode contribuir significativamente para um discurso mais formal que tenha, por objetivo, retratar o efeito de distanciamento temporal. Até mesmo a mesóclise (“importar-se-ia”), praticamente extinta do discurso vernacular, pode ser útil nesse processo de representação do discurso de época. É o que se observa nos exemplos abaixo:

Texto Original	Texto Traduzido
““You forget that I have made no answer. Let me do it without further loss of time. Accept my thanks for the compliment you are paying me. I am very sensible of the honour of your proposals, but it is impossible for me to do otherwise than to decline them.”” (p. 95) (Elizabeth → Sr. Collins) – (Conhecidos)	“Está se esquecendo de que não respondi ainda. Deixe-me fazê-lo sem mais perda de tempo. Aceite o meu agradecimento pelo elogio que o senhor faz a mim. Entendo muito bem a honra da sua proposta, mas para mim é impossível fazer outra coisa senão declinar.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 220, cap. 19)
““Louisa, you will not mind my waking Mr. Hurst?”” (p. 50) (Senhorita Bingley → Sra. Hurst) – (Conhecidos)	“Louisa, importar-se-ia de despertar meu Mr. Hurst?” (LANDMARK, 2012, p. 75, cap. 11)
“Much had been done and much had been said in the regiment since the preceding Wednesday; several of the officers had dined lately with their uncle, a private had been flogged, and it had actually been hinted that Colonel Forster was going to be married.” (p. 52) (Narrador em 3ª pessoa)	“Muita coisa havia acontecido, e muito se falou no regimento desde a quarta-feira anterior; diversos oficiais haviam jantado recentemente com o tio, um soldado fora castigado e havia rumores de que o coronel Forster iria se casar.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 188, cap. 12)

Britto (2012) observa que “no caso de muitos verbos pronominais, a tendência no Brasil é de suprimir o pronome” (BRITTO, 2012, p. 101) e cita, como exemplo, o verbo “casar-se”. É mais comum se dizer, na produção vernacular: “João casou com a Maria” ou “Eles casaram”. No quadro acima, há um exemplo de como o verbo aparece da maneira mais alinhada à norma padrão, não havendo a omissão do pronome reflexivo. Com base nos fragmentos recolhidos, pode-se concluir que houve a preocupação em manter a norma padrão quanto ao uso de pronomes acusativos e reflexivos, o que confere, assim, maior formalidade ao texto.

4.7 Ocorrências de “ter que” ou “ter de”

Conforme explica Rodrigues (2011),

Um olhar histórico sobre a expressão revela que “ter de” não é apenas anterior a “ter que”, mas já foi considerada pelos gramáticos a única forma culta, ao passo que a outra, derivada dela, era (mal)vista como “popular”. Até o século 17, ensina Said Ali, usava-se exclusivamente nesses casos a forma “haver de”, hoje antiquada e sobrevivente apenas em clichês como “hei de vencer”. Do século 18 em diante, completa ele, foi ganhando espaço o “ter de”. Note-se que as observações acima, publicadas em livro por Ali em 1921, ainda nem consideravam a possibilidade do “ter que”. E bem poderiam fazer isso – para não dizer que *teriam que* fazer isso. Afinal, Machado de Assis, para ficar num

exemplo suficiente, era um de seus adeptos e saiu-se com um “teve que concordar” num dos “Contos fluminenses”, como registra Francisco Fernandes em seu “Dicionário de verbos e regimes”. Rui Barbosa foi atrás. O Houaiss explica que o “ter que” vem sendo usado “modernamente” em lugar de “ter de”, que ele chama de “castiço”.

O uso de “ter de” foi muito mais frequente do que o uso de “ter que” nas edições analisadas, ressaltando-se que “ter de” sugere mais formalidade. “Ter que” e suas variações foram observados apenas ocasionalmente, e, nesse caso, na adaptação da editora Paulus:

Texto Original	Texto Traduzido
“She had fully proposed being engaged by Mr. Wickham for those very dances; and to have Mr. Collins instead! her liveliness had never been worse timed. There was no help for it, however.” (p. 77) (Narrador em 3a pessoa)	“ Tinha agora que trocar senhor Wickham pelo senhor Collins durante as duas primeiras danças e isso me parecia demasiadamente inoportuno. Não havia remédio: teria que adiar minha felicidade.” (PAULUS 2009)
“He was always to have gone on Saturday, and to Saturday he meant to stay.” (p. 102)	“Ele teria de ir no sábado e até sábado ele pretendia ficar.” Pág. 141 cap. 21 (LANDMARK, 2012, p. 141, cap. 21)

4.8 Emprego parcimonioso de coloquialismos e registro informal

Observa-se a ocorrência, mais localizada e parcimoniosa, de expressões coloquiais em português, o que indica, mesmo que parcialmente, o recurso a formas linguísticas distensas, e próximas do linguajar contemporâneo. Assim, a edição da Pé da Letra parece ter sido a mais híbrida das versões quanto a refletir, até certo ponto, em sua tradução, o distanciamento temporal na veiculação de um texto originalmente escrito no século XIX:

“ I did not think you would; and that being the case, I cannot consider your situation with much compassion.” (p. 107) (Elizabeth → Jane) – (Irmãs)	“- Sou da mesma opinião. Sendo assim, não vejo caso para grandes aflições.” (PÉ DA LETRA, 2017, p. 82, cap. 21)
“‘Removed!’ cried Bingley. ‘It must not be thought of. My sister, I am sure, will not hear of her removal.’” (p. 35) (Sr. Bingley → Sra. Bennet) – (Conhecidos)	“- Levá-la daqui! – exclamou o Sr. Bingley. – Nem pensar nisso. Estou certo de que a minha irmã não querará ouvir falar em tal coisa.” Pág. 31 cap9 (PÉ DA LETRA, 2017, p. 31, cap. 9)

“About a month ago I received this letter; and about a fortnight ago I answered it, for I thought it a case of some delicacy, and requiring early attention. It is from my cousin, Mr. Collins, who, when I am dead, may turn you all out of this house as soon as he pleases.” (p. 53) (Sr. Bennet → Sra. Bennet) – (Marido → esposa)	“- Há coisa de um mês recebi esta carta, e há cerca de quinze dias tratei de responder pois considerei o seu assunto um pouco delicado, e, como tal, requerendo atenção imediata.” (PÉ DA LETRA, 2017, p. 44, cap. 13)
--	--

Britto (2012) afirma que uma das marcas características do português oral é o uso da partícula “que”, como em “O que é **que** você tem?”. Casos assim caracterizam a informalidade no discurso escrito, o que promove uma maior verossimilhança ao discurso falado. Interessantemente, casos assim foram detectados na edição da Penguin & Companhia, que até então tinha demonstrado maior preocupação em permanecer formal. Esse e outros casos que proporcionam informalidade ao discurso foram detectados e estão expostos no quadro abaixo:

Texto Original	Texto Traduzido
“I beg your pardon; one knows exactly what to think.” (p. 76) (Elizabeth → Jane) – (Irmãs)	“Você me desculpe; - sabemos muito bem o que pensar.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 197, cap. 17)
“Of Mr. Collins and Lizzy. Lizzy declares she will not have Mr. Collins, and Mr. Collins begins to say that he will not have Lizzy.” (p. 99) (Sra. Bennet → Sr. Bennet) – (Esposa → marido)	“Do senhor Collins e Lizzy. Lizzy disse que não vai aceitar se casar com o senhor Collins, e o senhor Collins está começando a achar que ele é que não vai mais aceitar Lizzy.” (PENGUIN & COMPANHIA, 2011, p. 224, cap. 20)
“Come here, child,’ cried her father as she appeared.” (p. 99) (Sr. Bennet → Elizabeth) – (Pai → filha)	“- Vem cá, minha filha – disse o pai, ao ver Elizabeth entrar.” (PÉ DA LETRA, 2017, p. 75, cap. 20)
“What do you mean, Mr. Bennet, in talking this way?” (p. 99) (Sra. Bennet → Sr. Bennet) – (Esposa → marido)	“- Que é que você quer dizer com isto, Sr. Bennet?” (PÉ DA LETRA, 2017, p. 76, cap. 20)

Pode-se verificar acima o uso de “vem cá” (Imperativo do Indicativo – mais informal) em vez de “venha aqui” (Imperativo do Subjuntivo – mais formal), e de “você me desculpe” (próclise) em vez de “desculpe-me” (ênclise). É possível, portanto, perceber como as escolhas tradutórias nesses dois casos citados tenderam a tornar o discurso mais informal. Nota-se, por exemplo, que esse registro informal pode estar vinculado ao maior grau de intimidade que se

supõe ocorrer entre irmãos, pai e filha ou entre marido e esposa, como é o caso desses diálogos. Essa constatação demonstra que a edição da Pé da Letra aceitou a utilização de termos informais, o que aproxima a versão de um discurso oral contemporâneo, promovendo certa “facilitação” da expressão linguística para seu público-alvo.

Uma das características da língua portuguesa falada no Brasil é a mescla, no discurso, do pronome de tratamento “você” com “te”, pronome oblíquo de segunda pessoa, e com “teu” e “tua”, pronomes possessivos de segunda pessoa. A norma padrão tradicional considera esse tipo de uso como um desvio, mas a norma culta, fundada, também, nos intercâmbios orais, admite esse tipo de ocorrência. É o que ocorre no trecho abaixo, com os termos em destaque:

Texto Original	Texto Traduzido
“‘The indirect boast; for you are really proud of your defects in writing, because you consider them as proceeding from a rapidity of thought and carelessness of execution, which, if not estimable, you think at least highly interesting. The power of doing anything with quickness is always prized much by the possessor, and often without any attention to the imperfection of the performance. When you told Mrs. Bennet this morning that if you ever resolved upon quitting Netherfield you should be gone in five minutes, you meant it to be a sort of panegyric, of compliment to yourself—and yet what is there so very laudable in a precipitance which must leave very necessary business undone, and can be of no real advantage to yourself or anyone else?’” (p. 41-42) (Sr. Bingley → Sr. Darcy) – (Amigos)	“- Fanfarronice pois confessa que tem orgulho da tua escrita defeituosa. Considera-a resultante da rapidez de pensamento e de um desleixo na execução, que você acha louvável ou pelo menos altamente interessantes. Aprecia muito a faculdade de fazer qualquer coisa com rapidez sem se preocupar com a imperfeição da execução. Quando esta manhã disse à Sra. Bennet que, se alguma vez resolvesse deixar Netherfield, em cinco minutos o teria feito, estava tecendo uma espécie de autoelogio.” (PÉ DA LETRA, 2017, p. 36, cap. 10)

No trecho acima, pode-se observar a mistura das formas de tratamento, com o pronome possessivo conjugado na segunda pessoa do singular, enquanto a maioria dos outros verbos está conjugada na terceira pessoa do singular, salvo o verbo “resolver”, conjugado na segunda pessoa do singular. Ocorrências como essa foram observadas poucas vezes. Em outros casos, foi possível constatar que, dentro de um mesmo trecho, o tradutor buscou não misturar as formas de tratamento, como no segundo trecho abaixo:

“‘I want to know,’ said she, with a countenance no less smiling than her sister’s, ‘what you have learnt about Mr. Wickham. But perhaps you have been too pleasantly engaged to	“- Vinha saber – disse ela, tão sorridente como a irmã – quais os resultados das tuas inquirições sobre Wickham. Mas receio bem que estivesse
--	--

think of any third person; in which case you may be sure of my pardon.” (p. 120) (Elizabeth → Jane) – (Irmãs)	demasiado ocupada com coisas bem mais agradáveis para pensar numa terceira personagem, pelo que te perdoo de todo o meu coração.” (PÉ DA LETRA, 2017, p. 65, cap. 17)
--	--

5. Considerações finais

A pesquisa revelou que há uma variação entre o emprego da norma padrão e da norma culta, mesmo nas traduções e adaptações de uma obra escrita no século XIX. Os resultados da pesquisa apontam para um certo hibridismo linguístico (BAGNO, 2012), em que há a preponderância de construções linguísticas formais (alinhadas à norma padrão), em convívio, porém, com a existência mais limitada de marcas de oralidade (geralmente admitidas pela norma culta), especialmente nas adaptações, voltadas para os leitores juvenis.

Foi possível perceber que os profissionais que trabalharam com a tradução ou adaptação da obra de Jane Austen realmente manejaram as relações entre as construções associadas à norma padrão ou à norma culta conforme as diferentes propostas atribuídas a cada uma das edições analisadas, motivadas provavelmente por cada público leitor almejado. A tradução publicada pela Penguin & Companhia foi a edição que mais se mostrou sujeita às estratégias de distanciamento temporal, e foi dentre todas as traduções e adaptações analisadas, a que veiculou um número maior de falas de acordo com o registro formal, com o uso de uma linguagem menos acessível, por exemplo, a possíveis leitores com menor grau de proficiência em leitura.

A edição da Landmark se destacou pela técnica de estrangeirização utilizada diversas vezes. Nessas passagens, a estrangeirização, por se valer de uma emulação na ordem das palavras do original, ou de seu conteúdo semântico, acaba por apresentar formas linguísticas mais distantes da intuição linguística oral da língua portuguesa, e que soa, portanto, mais próxima de um registro formal e menos “natural”.

A adaptação apresentada pela editora Pé da Letra foi a que mais se mostrou híbrida, com seu alinhamento ora à norma padrão, ora à norma culta, aparentando estar aberta a expressões coloquiais, com a alternância frequente entre formalidade e informalidade. É possível que o recurso a marcas de oralidade, mais alinhadas à norma culta, em certos momentos da narrativa, possibilite um maior efeito de aproximação dos leitores mais jovens, identificados com as adaptações. É uma forma de contrabalancear a existência de efeitos de distanciamento temporal que o emprego sistemático da norma padrão, associado a um léxico pouco ou nada usual, pode

ocasionar quando o tradutor projeta, na linguagem, a sua interpretação de uma obra original escrita no século XIX.

E, por último, a adaptação da editora Paulus apresentou um texto de leitura simplificada, mas sem perder a formalidade, condensado e direcionado ao público jovem. Essa simplificação, entretanto, ficou restrita ao campo lexical, com maior adesão a formas estruturais canônicas prescritas pela norma padrão tradicional e sem envolver a adesão a estruturas linguísticas mais próximas da oralidade. O que demonstra que uma adaptação, mesmo que resumida e abertamente voltada para o público-leitor juvenil, pode manifestar uma linguagem mais conservadora, alinhada à tradição da maioria dos compêndios gramaticais. Isso parece atender, aliás, à política editorial da Paulus para essa versão, voltada para um projeto de natureza educacional (“Leitura para Cidadania, como exposto no paratexto da editora), o que poderia justificar uma visão menos flexível com relação aos usos alternativos (de cunho mais oral) que a norma culta oferece para construções linguísticas ortodoxas mantidas pela norma padrão.

Por fim, podemos concluir que as edições se moldaram aos públicos que buscavam atingir por meio de suas estratégias linguísticas. Todas procuraram criar um efeito fictício de “antiguidade” e de distanciamento temporal, com uma adesão preponderante à norma padrão e aos registros formais como uma estratégia linguística para implementar esse distanciamento. No entanto, esse efeito não impediu que as edições apresentassem graus diferentes de hibridismo de normas, especialmente quando houve a veiculação de marcas de oralidade em momentos específicos. Nesse caso, uma das adaptações (da editora Pé da Letra) mostrou-se mais propensa a esse hibridismo, possivelmente supondo que a presença de marcas de oralidade poderia “diluir”, até certo ponto, a concentração de registros formais, para se aproximar da linguagem coloquial dos jovens, sem necessariamente fazer uso de formas linguísticas abertamente estigmatizadas.

Assim, com esta pesquisa, buscou-se demonstrar, por um lado, que o recurso mais intenso à norma padrão em diálogos ficcionais pode ser um instrumento eficaz na simulação de um discurso oral afastado no tempo, posto que não é natural ou compatível com as formas de diálogo comuns à contemporaneidade da língua portuguesa brasileira, demarcada pela linguagem urbana comum. Por outro lado, a pesquisa, na esteira de Bagno (2012), também confirmou a existência de hibridismo de normas mesmo em obras literárias originalmente escritas no século XIX, seja como forma de, pontualmente, representar algum grau de intimidade entre personagens em momentos específicos, seja para permitir uma maior

aproximação ao perfil de leitor possivelmente menos proficiente em leitura, como no caso de certas adaptações voltadas para o público juvenil.

A proposição desta pesquisa, no campos dos Estudos da Tradução, teve a intenção de trazer contribuições que permitissem refletir de que forma o emprego de estruturas linguísticas mais formais, e mais alinhadas à norma padrão, podem, de fato, significar estratégias de emulação do afastamento temporal em diálogos de um romance de época, não se restringindo simplesmente, como se espera geralmente, à submissão de certas regras gramaticais em nome de uma visão purista de língua. Nesse sentido, a pesquisa ora realizada é uma contribuição também para a área de Linguística Aplicada, na medida em que promove uma reflexão, baseada em dados empíricos, sobre o fazer tradutório que mobiliza diversos mecanismos da linguagem no processo de compreensão e de materialização, na escrita, da interpretação que se faz de um produto cultural em língua estrangeira. Esse tipo de pesquisa pode ser uma boa exemplificação do fato de que a Linguística Aplicada não deve ser a mera “aplicação” de princípios estabelecidos pela área de Linguística (“propriamente dita”), mas um espaço acolhedor de reflexão crítica que permita observar como regras normativas da linguagem podem ser operacionalizadas e mobilizadas, como no caso das traduções analisadas, para produzir efeitos de sentido que demonstram que as relações interpretativas entre línguas e culturas estrangeiras não são de mera transparência, mas de manipulação criativa atendendo a fatores diversos que extrapolam a lógica da simples “correção”.

Referências Bibliográficas

AUSTEN, J. **Pride and Prejudice**. London: R. Bentley, 1853.

_____. **Orgulho e Preconceito**. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza; prefácio e notas de Vivien Jones; introdução de Tony Tanner. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

_____. **Orgulho e Preconceito**. Tradução e notas de Marcella Furtado. São Paulo: Editora Landmark, 2012.

_____. **Orgulho e Preconceito**. Tradução de Giorgia Vicente. Adaptação e revisão de Suely Paiva. São Paulo: Editora Pé da Letra, 2017.

_____. **Orgulho e Preconceito**. Adaptação de João Pedro Roriz. São Paulo: Paulus, 2009.
BAGNO, M. **Não é errado falar assim!: em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAGNO, M. Norma linguística, hibridismo e tradução, **Traduzires**, 1, p.19-32, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/article/view/6652/5368>

BAKER, P. Will Ms. ever be as frequent as Mr.? A corpus-based comparison of gendered terms across four diachronic corpora of British English. **Gender & Language**, vol 4.1, 2010, p. 125–149. Disponível em: < <https://www.researchgate.net/publication/274332253> >. Acesso em maio de 2019.

BALSALOBRE, S. R. G. **Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista**: um olhar sobre as formas de tratamento [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/2bg5k/04>>. Acesso em: maio de 2019.

BLOG JANE AUSTEN BRASIL. **Orgulho e Preconceito da Editora Pé da Letra**. Disponível em: <<https://janeaustenbrasil.com.br/2017/06/22/orgulho-e-preconceito-da-editora-pe-da-lettra/>> Acesso em: 17 de setembro de 2018.

BRITTO, P. H. Tradução de ficção. In: BRITTO, P.H. **A tradução literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 81- 107.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística & Educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GONÇALVES, C. A. Falara-se mais-que-perfeito: estudo presente do tempo pretérito. **Alfa**, 37, p.135-142, 1993.

OLIVEIRA, J. M. **O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 254 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, S. Ter de fazer ou ter que fazer? 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/ter-de-fazer-ou-ter-que-fazer/>>. Acesso em maio de 2019.

ROSA, E. T. V. Posposição de sujeito em manchetes jornalísticas: uma abordagem funcional. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 3, n. 3.1, p.99-116, 2009.

SHLEIERMACHER, F.D.E. Sobre os diferentes métodos de tradução. Tradução de Margarete von Mühlen Poll. In: HEIDERMAN, W. (Org.). **Clássicos da teoria da tradução**. Florianópolis: UFSC, 2001, p.25-87.

VENUTI, L. *Translator's Invisibility*. New York: Routledge, 1995.